
Perceções sobre as dificuldades de implementação das políticas públicas de resíduos urbanos a nível local.

ENTREVISTAS A ATORES-CHAVE

A consulta a atores-chave (ago-set/2025) enquadra-se na **T2 - Análise das políticas ambientais e levantamento dos instrumentos normativos aplicáveis em Portugal**, do Projeto S4P REC-SEL

Relatório elaborado por Susana Valente | PhD Sociologia e Ciências Sociais

SUMÁRIO EXECUTIVO

O projeto S4P REC-SEL, cujo objetivo é apoiar a política pública de resíduos urbanos em Portugal, sobretudo no âmbito da definição de normas e incentivos para a recolha seletiva, incluiu na *T2 - Análise das políticas ambientais e levantamento dos instrumentos normativos aplicáveis em Portugal* uma consulta de atores-chave locais do setor.

A consulta consistiu na realização de entrevistas em profundidade focadas em conhecer perspetivas e percepções que permitissem identificar: (1) Desafios e constrangimentos da implementação eficaz das políticas públicas e do cumprimento das metas nacionais (recolha seletiva de resíduos, biorresíduos e trifluxo) e a sua articulação com o sistema de tarifário PAYT (Pay-As-You-Throw); (2) Ações estratégicas capazes de viabilizar a transição para um modelo mais eficiente, inclusivo e sustentável.

Os dados foram recolhidos junto de quatro técnicos municipais e de SG RU que vivenciam diretamente a implementação das políticas de resíduos no terreno e que são exemplos paradigmáticos do que se passa no país, na sua diversidade (sul- norte, interior-litoral, densidade populacional e tipologia de SG RU).

Transversalmente são referidos fatores críticos como: distância entre as estruturas decisórias (central) e a realidade operacional (local); lideranças locais pouco sensíveis à temática ambiental, em geral, e aos resíduos, em particular; excesso de burocracia administrativa (ex. tempo envolvido nos processos de contratação pública que impedem a flexibilidade de resposta

atempada face às necessidades); escassez de recursos humanos qualificados; falta de sistemas de monitorização *in time* dos serviços.

Destaque para um dos grandes desafios no terreno: ultrapassar “distâncias”, internas e externas. A nível interno, identifica-se que a falta de proximidade “entre os gabinetes e os estaleiros” tem impacto negativo na motivação dos operacionais, situação que se acentua ainda mais no caso de subcontratação de serviços de recolha por parte do município. A nível externo, a falta de articulação entre os responsáveis e equipas dos municípios e dos SG RU, que fazem serviços de recolha no mesmo território (ainda que de fluxos diferentes) revela frequentemente um sistema de funcionamento fragmentado, onde está ausente a colaboração necessária e desejável entre as entidades em alta e em baixa.

Também é transversal a percepção de uma ausência de estratégias nacionais de comunicação pública que contribua para a adesão da população a práticas de separação mais consistentes e de maior qualidade, com base numa visão clara de “para que serve separar”, tanto ambiental como economicamente. Esta falta de literacia sobre os resíduos urbanos é considerada como um dos principais limites à implementação do PAYT.

Considera-se essencial reforçar uma liderança local com conhecimento sobre o setor, apostar em recursos humanos qualificados, planeamento integrado e comunicação eficaz. O sucesso do sistema depende de proximidade, motivação e confiança com as equipas operacionais, as entidades em alta e em baixa no terreno e a população.

ÍNDICE

I.	ENQUADRAMENTO	4
II.	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	6
	A. DESAFIOS ATUAIS	6
	B. RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO	11
III.	CONSULTA ATORES-CHAVE: PRINCIPAIS CONCLUSÕES	14

I. ENQUADRAMENTO

O projeto S4P REC-SEL inclui a consulta de atores-chave do setor dos resíduos através da realização de entrevistas em profundidade no âmbito da *T2 - Análise das políticas ambientais e levantamento dos instrumentos normativos aplicáveis em Portugal*.

O presente relatório sintetiza a análise dos dados recolhidos nas entrevistas a técnicos locais (municípios e SGRU) que têm um envolvimento direto na implementação no terreno da recolha seletiva e tratamento dos resíduos urbanos.

Objetivos das entrevistas

Esta consulta contribui para o objetivo geral do projeto - apoiar a política pública de resíduos urbanos em Portugal através da construção de conhecimento científico e da definição de normas e incentivos para a recolha seletiva – e está alinhada com a consulta realizada no âmbito da T7 (Oficinas do Futuro em julho 2025, na Universidade Aberta, Lisboa).

Na consulta incluída na T2 era objetivo identificar:

- Desafios e constrangimentos atuais que dificultam a implementação eficaz das políticas públicas e o cumprimento das metas nacionais, nomeadamente ao nível da recolha seletiva de resíduos (biorresíduos e trifluxo) e a sua articulação com o sistema de tarifário PAYT (Pay-As-You-Throw).
- Ações estratégicas capazes de viabilizar a transição para um modelo mais eficiente, inclusivo e sustentável.

Guião das entrevistas

O guião das entrevistas foi orientado para o levantamento de dados que representam perspetivas e percepções sobre os aspetos técnico-jurídicos em vigor e as mudanças que se impõem por força da própria legislação europeia e nacional, contribuindo para o objetivo global do projeto.

Assim, na elaboração do guião semi-diretivo, incluíram-se as seguintes temáticas de análise:

- Identificar desafios operacionais, institucionais e estratégicos sentidos a nível local.
- Determinar oportunidades de melhoria e elementos críticos para o futuro.
- Propor recomendações estratégicas realistas e operacionalizáveis.

As entrevistas em profundidade, com a duração de cerca de 1h30, foram realizadas online, em agosto e setembro.

Critérios de escolha para a consulta

Os dados foram recolhidos junto de quatro técnicos municipais e de SGRU que representam diferentes experiências diretas na implementação das políticas de resíduos no terreno, nomeadamente na implementação da recolha e tratamento de biorresíduos, e que podemos considerar exemplos paradigmáticos do que se passa no país (na sua diversidade geográfica sul-norte, interior-litoral, densidade populacional dispersão rural – concentração urbana e turística). Acresce ainda a diversidade de SGRU: um com larga experiência no âmbito do tratamento de biorresíduos e outro com experiência mais recente no tratamento deste fluxo; um é um sistema intermunicipal e outro é do Grupo EGF.

Em suma, os convites fundaram-se no seguinte conjunto de **critérios**:

- Diversidade territorial (norte-sul, litoral-interior, etc.)
- Ligação direta ao terreno
- Existência de recolha de biorresíduos
- Experiência profissional no setor
- Independência
- Criatividade
- Foco no bem comum

Entrevistados

Ivete Dias (CM Ourique)

Joaquim Aleixo (CM Ovar)

Miguel Nunes (SGRU/ALGAR- EGF)

Patrícia Carvalho (SGRU/LIPOR)

II. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A análise conjunta dos dados recolhidos na consulta aos atores-chave foi dividida em duas partes:

- A. Desafios atuais
- B. Recomendações para o futuro

No âmbito da análise a identificação nominal das citações utilizadas não é relevante; a opção metodológica foi usar as citações enquanto pertinência ilustrativa das percepções e narrativas dos técnicos locais.

A. DESAFIOS ATUAIS

Os entrevistados reconhecem a evolução positiva do setor, sendo, no entanto, inegável que enfrenta vários desafios, fragilidades e constrangimentos. Tem ficado aquém das metas de recolha seletiva e desvio de aterro preconizadas, para além do atraso na implementação da recolha seletiva de biorresíduos e do sistema de tarifário PAYT.

As respostas foram analisadas e organizadas em seis categorias que correspondem a **desafios da gestão dos resíduos urbanos** identificados:

“Ainda há muito a fazer.”

“Não estamos ainda com a maturidade que pensávamos ter alcançado em 2025.”

“Em 2008 2009 a questão da redução da matéria orgânica em aterro ficou no papel não foi levado a sério.”

“Vamos adiando as metas europeias e a margem para não cumprir é cada vez menor. Já sabemos que até 2030 não se consegue atingir as metas e para o conseguir em 2035, o valor de investimento nos sistemas é significativo.”

Desafios da Gestão Local de Resíduos Urbanos

1. Escassez de recursos humanos e capacidade técnica
2. Distâncias internas: “gabinetes-estaleiros” e “políticos-técnicos”
3. Distância entre entidades em alta e entidades em baixa
4. Distância entre as estruturas decisoras do poder central e as entidades locais
5. Legislação, regulamentação e burocracia que limitam a ação no terreno
6. Dados, Monitorização e Digitalização aquém das necessidades
7. Comunicação insuficiente para aumentar a adesão da população
8. Receios das reações à implementação do sistema PAYT

1. Escassez de recursos humanos e capacidade técnica

- Falta estrutural de técnicos qualificados.
- Desequilíbrio entre o volume de trabalho e exigências técnicas crescentes com o número de técnicos municipais dedicados ao setor (sobrecarregados).
- Perda de conhecimento quando colaboradores experientes abandonam funções.
- Dificuldade em contratar (e manter) motoristas e operacionais num mercado de trabalho concorrencial (ex. no Algarve o setor compete com o setor turístico, tanto nos salários oferecidos como porque envolve contextos mais apelativos - trabalhar num hotel *versus* trabalhar na recolha ou tratamento de resíduos urbanos").
- Exigência forte de investimento em formação de motoristas e operacionais.
- Resistência à mudança e tendência para falta de motivação nas equipas operacionais.

2. Distâncias internas: “gabinetes-estaleiros” e “políticos-técnicos”

- Falta de proximidade “entre os gabinetes e os estaleiros” impede um conhecimento por parte dos responsáveis da realidade vivida no terreno e pelas condições de trabalho dos operacionais. Esta distância acentua-se no caso de subcontratação de serviços de recolha por parte do município.
- Os técnicos, sobretudo os municipais, chamam a atenção para o impacto negativo da falta de sensibilidade e literacia sobre o setor e a gestão de resíduos por parte dos decisores locais, conduzindo frequentemente a uma atitude de “não decisão” por desconhecimento do problema e de possíveis soluções.

- Acresce a esta falta de literacia a existência de um receio político de reações negativas por parte dos operacionais e da população na implementação de mudanças. O adiamento da implementação do PAYT é um exemplo desse receio político.
- No âmbito dos SGRU, o impacto das lideranças faz-se sentir sobretudo pela definição da estrutura organizacional e da forma como está definida a comunicação com os municípios.

3. Distância entre entidades em alta e entidades em baixa

- Falta de coordenação institucional entre municípios e SGRU.
- Apesar de haver relações de colaboração bem-sucedidas entre entidades em alta e em baixa, são recorrentes as referências a situações de falta de articulação institucional e técnica. Quando os SGRU atribuem um contacto técnico direto ao município, “*as coisas vão fluindo e é um verdadeiro trabalho em parceria, em que se faz o que faz falta fazer*”, mas isso não é generalizado em todos os SGRU.
- Esta relação nem sempre é marcada por uma atitude de confiança. Verifica-se uma certa tendência para os serviços municipais “reclamarem” do serviço prestado pelos SGRU, por ex., a frequência da recolha do trifluxo, sem que se avance no sentido de alterar o modelo de articulação. Este tipo de atitude afasta as duas entidades e bloqueia a comunicação.
- Esta tensão institucional reflete-se na falta de articulação nos serviços prestados de recolha, habitualmente de fluxos diferentes no mesmo território, com impacto negativo no espaço público, revelando um sistema de gestão de resíduos urbanos fragmentado e sem a colaboração necessária e desejável.

- São entidades interdependentes, mas frequentemente sofrem de falta de comunicação e articulação prática. Um exemplo disso remete para implementação da recolha seletiva dos biorresíduos. Ex. Nalguns casos os SGRU não acompanharam o ritmo de implementação dos municípios, que começaram a recolher biorresíduos sem haver infraestruturas para a sua receção e tratamento. Por seu turno, os SGRU confrontam-se com os resultados de diferentes modelos de recolha, em quantidade e qualidade dos biorresíduos recolhidos pelos municípios, o que implica uma capacidade de adaptação de infraestruturas pesadas.

4. Distância entre as estruturas decisoras do poder central e as entidades locais

- Referência à ausência de estratégias nacionais coerentes e que integrem de forma clara as diversidades do país, criando desalinhamentos entre o que é exigido legalmente e o que é possível concretizar no terreno. “*O discurso político existe, mas falta o ‘como’!*”. “*O que existe é uma manta de retalhos de sistemas e modelos. Há dinheiro há programas, mas depois não há unidade. Investe-se aleatoriamente*”
- Acresce a falta de uma estratégia de comunicação pública nacional que de alguma forma tem vindo a “*comprometer a implementação local*” das políticas de resíduos junto dos cidadãos.
- Desconhecimento por parte das estruturas decisoras do poder central das realidades operacionais locais.
- Referência sistemática à dificuldade em comunicar com APA. Na narrativa dos técnicos manifesta-se um certo ressentimento pela atitude sistemática de “*não resposta*” e “*não esclarecimento*” por parte da APA.

5. Legislação, regulamentação e burocracia que limitam a ação no terreno

- Distância entre legislação e realidade no terreno (definição de obrigações sem considerar se há condições no terreno para cumprir).
- Assimetrias profundas entre municípios não são consideradas nas exigências legais.
- Incongruências e inconsequências “*Por exemplo, muitos municípios não sabem, nem têm meios técnicos para desenvolver um sistema PAYT e por isso optam por não fazer nada e não há consequências por essa opção.*”
- Excesso de burocracia administrativa que reduz eficiência e o tempo de resposta no terreno. Entraves administrativos e processos de decisão lentos e burocráticos, condicionados pelo orçamento e pela contratação pública.
- Dificuldade em fazer bons cadernos de encargos para prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos devido à complexidade e exigências técnicas crescente.
- Falta de orientações para regulamentos municipais: “*cada um a pensar por si*”.
- Alterações de regras ao longo dos processos, como a mudança do RGGR, que têm impacto económico nos investimentos previstos “*estávamos a contar com poupanças, mas foi abolida a questão do Fundo Ambiental...*”
- Indefinições legislativas que se prolongam no tempo “*Andamos preocupados com a legislação, mas não com a sua aplicação. A legislação das embalagens sai, não sai, sai, não sai, está-se à espera... por exemplo, a questão dos sacos de plástico ou dos sacos compostáveis, a legislação não se define.*”
- Constrangimentos gerados no âmbito da regulamentação aplicada a certos SGRU, geridos por sistemas de contabilidade

analítica e espartilhamento em rúbricas financeiras que dificultam a flexibilidade, por exemplo, em contratações de motoristas com salários competitivos com os mercados de trabalho locais.

6. Dados, Monitorização e Digitalização aquém das necessidades

- Falta de coerência/harmonização nacional de ferramentas digitais e indicadores.
- Falta de dados - fiáveis e atualizados (impacto na garantia de informação de qualidade para sustentar tomadas de decisão).
- Sistemas digitais subutilizados por falta de formação das equipas operacionais ou falhas do sistema.
- Sistemas digitais que não são partilhados entre entidades que operam no mesmo território (desarticulação).
- Falta de sistemas eficazes de monitorização *in time* dos serviços (impacto na qualidade do serviço prestado)
- Medidas de controlo e monitorização pouco implementadas a nível local.

7. Comunicação insuficiente para aumentar a adesão da população

- Falta de campanhas nacionais que mostrem a importância do tema para o país e o impacto das práticas de redução, reutilização e separação para reciclagem. Não se aborda o limite dos aterros com a urgência que o tema exige. *“Não há uma mensagem forte para passar às pessoas, o Estado não emite nada nesse sentido. Por exemplo, os biorresíduos, não são assunto...”*
- A complexidade das mensagens não chega à população “o setor não é bom a

comunicar, precisa de aprender a comunicar melhor”.

- Ausência de estratégias locais de comunicação que contribuam para a adesão da população a práticas de separação mais consistentes e de maior qualidade, com base numa visão clara de “para que serve separar”, ambiental e economicamente.
- Apostila reduzida e muito circunscrita em campanhas de proximidade e contacto direto (apesar de existirem indicadores de resultados positivos nas taxas de adesão a novas práticas com essa abordagem). Este ponto articula-se com a falta de recursos humanos nas entidades locais para desenvolver este tipo de comunicação (em particular, a nível municipal é referida a atual sobrecarga de trabalho dos técnicos municipais, incompatível com uma abordagem de proximidade com a população e/ou com o setor não doméstico).
- Referência à importância de aproximação à população através de consultas, questionários de satisfação com os serviços, estudos para identificar e conhecer as razões da falta de adesão a serviços gratuitos como a recolha de resíduos verdes ou monos, práticas de deposição ilegal, etc.
- População com baixa percepção do custo do serviço prestado.
- A adesão da população sofre com a ausência de retorno visível das suas práticas ou não práticas, o que limita a mudança de comportamentos e a compreensão da necessidade do sistema em aplicar tarifários.

8. Receios das reações à implementação do sistema PAYT

- Necessidade de clarificação sobre a adequação dos modelos de recolha (porta a porta, proximidade, acesso condicionado) a diferentes tipologias

- urbanas e a sua articulação direta à implementação do PAYT.
- Estudos sobre a recolha seletiva porta-a-porta revelam ganhos claros, de qualidade e quantidade, e permite a aplicação do PAYT de forma direta; no entanto, sofre da resistência das entidades locais, associada a receios face à mudança do sistema e uma visão de curto prazo associado aos custos de investimento, sem ver os ganhos a médio e longo prazo.
 - Esta falta de coragem política bloqueia, por encadeamento, a implementação de sistemas como o porta-a-porta ou acesso condicionado aos contentores de proximidade.
 - Perceção de resistência social à mudança de hábitos que o PAYT implica conduz ao receio político local da impopularidade da implementação de um tarifário; a opção mais generalizada parece ser prejudicar o próprio orçamento municipal. A visão dos técnicos genericamente considera que a evolução para um tarifário é uma evolução inevitável e positiva do sistema e com efeitos “pedagógicos” junto dos cidadãos.
 - A falta de conhecimento por parte da população sobre os custos reais do sistema de recolha e tratamento é considerada como um dos principais limites à implementação do PAYT (assume-se a resistência social a pagar taxas/impostos)
 - *“O grande problema da implementação do PAYT numa primeira fase é implicar, pelo menos ao nível da percepção dos munícipes, pagar mais pela recolha dos resíduos. Atualmente as taxas são muito irrealistas em relação aos custos reais e há pessoas que nem sabem que a pagam na conta da água. Como comunicar que isso é um problema para o país?”.*
 - *“Não se leva a sério a separação dos resíduos no setor não doméstico”.* Referência à falta de circuito próprio com custos respetivos, *“permite-se que usem contentores do setor doméstico, ‘desfigurando’ o sistema económico que está na sua base”*.

B. RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO

A análise às entrevistas revelou uma convergência de percepções sobre as potenciais soluções. Várias das ideias apresentadas remetem de forma direta aos desafios identificados no ponto anterior e constituem recomendações para atuar num futuro próximo.

“O setor dos resíduos ainda está numa fase de inovação, de desafio e por isso muito interessante. Há ainda margem para crescer e há diferentes formas de o fazer. A pergunta que se coloca é: qual a melhor forma?”

Melhorar a Gestão Local de Resíduos Urbanos

1. Recursos humanos locais - **Qualificar, motivar e envolver**
2. Municípios e Sistemas em Alta - **Mais cooperação, maior eficácia, melhor serviço**
3. Entidades locais e centrais - **Liderança local e clareza da estratégia nacional**
4. Dados e Monitorização - **Atuar com base em informação credível**
5. Comunicação, Sensibilização e Adesão da População - **Proximidade com a comunidade**
6. Modelos de Recolha Seletiva e Tratamento na Origem de Biorresíduos - **Desviar de aterro e melhorar a qualidade da separação**
8. Implementação do PAYT - **Responsabilidade pela qualidade do serviço e adesão do cidadão**

1. Recursos Humanos Locais

Qualificar, motivar e envolver

- Reconhecer a centralidade dos técnicos locais na implementação das políticas públicas. Promover a sua formação especializada e atualização.
- Reforçar a equipa de técnicos municipais no setor dos resíduos (assegurando a componente de gestão, monitorização e comunicação no terreno).
- Desenvolver a proximidade “entre os gabinetes e os estaleiros”, isto é, dos técnicos com as equipas operacionais para um maior conhecimento dos desafios do dia a dia no terreno e maior suporte técnico, no sentido de assegurar um melhor serviço e melhores condições de trabalho a quem presta o serviço.

- Promover a motivação e qualificação dos operacionais, reconhecendo o valor da sua profissão.
- Aumentar competitividade salarial dos operacionais, sobretudo para motoristas (cuja formação é exigente).
- Estudar a possibilidade de um acordo nacional para o setor dos resíduos enquanto setor fundamental para se tornar atrativo para os recursos humanos “corremos o risco de não ter pessoas a trabalhar no setor” (referência ao caso de Itália).
- Criar equipas dedicadas por zonas numa lógica de criar proximidade com um determinado espaço público.

2. Municípios e Sistemas em Alta

Mais cooperação, maior eficácia, melhor serviço

- Melhorar as relações institucionais entre entidades em baixa e alta, promovendo uma relação de confiança e parceria.
- Alinhar estratégias e planeamento entre as entidades em baixa e em alta (para acesso a financiamentos, partilha de infraestruturas, etc.).
- Promover este tipo de proximidade institucional permite o desenvolvimento de uma visão estratégica comum de longo prazo.
- Aprender com os casos de boas práticas de colaboração já existentes (protocolos de recolha seletiva em zonas turísticas entre SGRU e municípios, ex. CMTavira e ALGAR).
- Implementar sistemas de comunicação entre técnicos das entidades em alta e em baixa (ex. reuniões mensais com SGRU e todos municípios, identificação de um técnico em alta para cada município, etc.).

3. Entidades locais e centrais

Liderança local e clareza da estratégia nacional

- Envolver e capacitar as lideranças locais das entidades em baixa nas problemáticas que desafiam o setor dos resíduos urbanos.
- Definir prioridades e uma visão estratégica a nível local, alinhada com orientações claras de uma estratégia nacional que desejavelmente é desenhada com conhecimento das diversidades do território.
- Criar modelos de regulamento municipal padronizados que possam ser adaptados às especificidades locais, mas assegurem a inclusão de um conjunto de aspectos assumidos como relevantes.

- Melhorar de forma efetiva a comunicação entre APA e municípios.

4. Dados e Monitorização

Atuar com base em informação credível

- Criar indicadores nacionais uniformizados, incluindo de qualidade do serviço e de satisfação da população.
- Implementar plataformas de dados partilhados e fiáveis entre municípios e sistemas em alta, que depois possam ser exportados para entidades centrais (ERSAR e APA).
- Desenvolvimento de bases de dados credíveis para a definição e ajuste de tarifários.
- Reforçar a monitorização em tempo real através de sistemas digitais robustos de acompanhamento da recolha.

5. Comunicação, Sensibilização e Adesão da População

Proximidade com a comunidade

- Desenvolver campanha contínua sobre separação do trifluxo e biorresíduos, que crie uma plataforma de literacia transversal no país.
- Desenvolver estratégias locais de comunicação alinhadas com a campanha nacional. A abordagem e a aproximação ao terreno difere de local para local (ex. zonas balneares, comunidades de pescadores, atividades turísticas)
- Desenvolver um programa de comunicação específica para implementação de PAYT a nível nacional e local.
- Apostar na Educação Ambiental contínua, especialmente nas escolas de todos os graus de ensino e nos serviços públicos.

- Valorizar o papel do cidadão com feedback dos resultados obtidos (face às metas locais e nacionais).
- Desenvolver projetos de âmbito comunitário. Os ecocentros podem ser um ponto de dinamização de reutilização e reparação.
- Começar por recolher os biorresíduos junto dos grandes produtores (mais fácil e imediato de implementar e de assegurar a qualidade dos biorresíduos).

6. Modelos de Recolha Seletiva e Tratamento na Origem de Biorresíduos

Desviar de aterro e melhorar a qualidade da separação

- Aprender com os casos de sucesso de recolha porta-a-porta (de trifluxo e biorresíduos). O sucesso que referido é medido pela maior adesão à separação e ao impacto na qualidade dessa separação (feedback dos SGRU), revelando que um maior investimento inicial compensa a médio prazo.
- Acompanhar e avaliar a implementação de contentores de proximidade com acesso condicionado (identificando na prática vantagens, desvantagens e aspetos a melhorar).
- Monitorizar a qualidade dos biorresíduos recolhidos.
- Programas massivos de compostagem doméstica e comunitária, por se tratar de uma solução sustentável económica e ambientalmente e com enorme potencial de envolvimento comunitário (ex. integrar hortas comunitárias nos programas de compostagem).
- Considerar a tipologia de edificado nos modelos a implementar, assumindo que será necessário ter vários modelos de recolha nos concelhos.
- Evitar a coexistência de modelos que se “neutralizam” (ex. acesso condicionado para os biorresíduos e ao lado, o contentor de indiferenciado ser de acesso livre).

7. Implementação do PAYT

Responsabilidade pela qualidade do serviço e adesão do cidadão

- Assumir com coragem política a implementação dos tarifários como um ponto essencial da sustentabilidade do sistema de recolha e tratamento e do reconhecimento da participação (ou não) dos cidadãos.
- Utilizar de forma ativa o PAYT como incentivo à redução da fração de indiferenciado.
- Implementar o tarifário de forma faseada com modelo híbrido (ver exemplo do Município da Maia, que começou com uma fatura virtual para fazer a transição, demonstrando que ao separar mais, se pagava menos).
- Estudar e aprender com os casos de acesso condicionado ou porta-a-porta já em curso com um sistema PAYT.
- Assumir que um tarifário implica uma mudança no serviço prestado: *“O PAYT é percecionado como elemento fundamental para o sistema funcionar, mas para se aplicar - isto é, fazer-se pagar - o sistema precisa ser eficiente, o que não acontece ainda em muitos casos no país. Importante evitar um PAYT que esteja a pagar a ineficiência do sistema. (...) tudo tem de ser impecável para que isso justifique o reconhecimento da qualidade de um serviço prestado que tem um preço.”* (limpeza dos contentores e à volta dos contentores, frequência de recolha adequada, a postura das equipas de operacionais, etc.)

III. CONSULTA A ATORES-CHAVE | PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Em suma, a consulta evidencia uma grande convergência de visões dos técnicos locais, sejam de municípios ou de SGRU.

Este relatório consolidou as perspetivas de quatro profissionais do setor que desenvolvem a sua atividade à escala local/regional, identificando desafios estruturais e oportunidades de melhoria da gestão de resíduos urbanos.

A análise evidencia uma forte assimetria territorial, fragilidade na comunicação institucional, insuficiência de recursos humanos especializados, dificuldades na articulação entre municípios e sistemas em alta e ausência de uma visão nacional clara, coerente e prática.

Apesar de avanços significativos nas últimas décadas, o país enfrenta limitações que comprometem o

cumprimento das metas europeias — especialmente no tratamento de biorresíduos e no desvio de materiais recicláveis de aterro. As decisões políticas tardias, os receios locais de implementar modelos tarifários eficazes (como o PAYT) e a fraca integração de dados fiáveis agravam a distância entre legislação e prática.

A proximidade com cidadãos, o reforço técnico e a comunicação clara são alavancas essenciais para transformar o sistema. O futuro exige visão, consistência e colaboração profunda entre municípios, sistemas em alta e Estado.

Este documento foi desenvolvido no âmbito do projeto “Recolha seletiva de resíduos em Portugal: caracterização de iniciativas e proposta de normas e incentivos”, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) (C19-i07.04) ao abrigo da chamada “Science4Policy 2023 (S4P-23): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas”, iniciativa do PLANAPP - Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas em parceria com a Fundação para a Ciéncia e Tecnologia, I. P. (FCT).



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Centro de Planeamento e de Avaliação
de Políticas Públicas

